

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL¹

LITERACY AND TEACHER TRAINING IN BRAZIL

Katiane Beatriz da Silva Pagnan

RESUMO

Pesquisar a história da formação de alfabetizadores justifica-se por serem estes profissionais que desenvolverão sua ação docente em uma das fases mais importantes da escolarização, a alfabetização. Esta é considerada uma fase em que as crianças, jovens e adultos que ainda não dominam as habilidades de leitura e de escrita, têm a oportunidade de apropriarem-se de conhecimentos que lhes permitirão compreender e utilizar em diferentes contextos a linguagem. Neste texto, o objetivo é abordar o termo alfabetização e realizar um breve histórico sobre a formação do professor no Brasil. Para isso, buscamos autores como Cagliari (1998), Soares (2009), Ferreiro (2003), dentre outros, que embasaram este estudo, possibilitando a compreensão do tema proposto.

Palavras chave: “professor alfabetizador”; “alfabetizador”; “formação de professores”.

ABSTRACT

Research the history of literacy training is justified by referring to professionals who develop their teaching activities in one of the most important stages of schooling , literacy . This is considered a stage where children, youth and adults who have not mastered the skills of reading and writing , have the opportunity to take ownership of knowledge that will enable them to understand and use language in different contexts . In this presentation the aim is to address the term literacy and conduct a brief history of teacher education in Brazil, for we seek authors like Cagliari (1998), Soares (2009), among others, that supported this study, enabling the understanding of the theme.

Key words: " teacher literacy " ; " literacy " ; " teacher training " .

1. INTRODUÇÃO

1 Agência de fomento: CAPES.

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

A formação docente e alfabetização são assuntos de extrema importância para estudo e reflexão e despertam interesse; pesquisar a formação de alfabetizadores justifica-se por referir-se a profissionais que desenvolverão sua ação docente em uma das fases mais importantes da escolarização, a alfabetização, considerada uma fase em que as crianças, jovens e adultos que ainda não dominam as habilidades de leitura e de escrita têm a oportunidade de apropriarem-se de conhecimentos que lhes permitirão compreender e utilizar em diferentes contextos a linguagem.

A alfabetização, vista como a capacidade de dominar leitura e escrita, codificando e decodificando sinais gráficos, é uma das fases mais importantes na vida do educando, pois é nesta fase que ele adquire a capacidade de realização dos diversos tipos de leitura de mundo e da linguagem escrita. Sendo assim, alfabetizar significa orientar para o domínio da leitura e escrita, dando possibilidade de entendimento do mundo, já que as práticas sociais de leitura e escrita estão presentes na vida cotidiana da sociedade.

Segundo Pereira (2011), a alfabetização deve ser compreendida como uma ação libertadora, pois possibilita que os sujeitos aprendentes da leitura e escrita possam, através dos conhecimentos adquiridos, compreender os diferentes discursos presentes na sociedade. Deve ser entendida como uma das fases escolares mais significativas para o educando, pois permite que este realize de forma relevante, diversos tipos de leitura de mundo e de linguagem escrita.

Este autor diz ainda que alfabetizar é uma tarefa de grande importância tanto na vida do professor quanto na do seu educando, pois é ela que possibilita a compreensão do mundo, repleto de práticas sociais (PEREIRA, 2011).

A alfabetização exige dos profissionais da educação competências necessárias para ensinar, o que leva muitas vezes ao fracasso escolar, ocasionando conflitos embasados na idéia de que é necessário ensinar a ler e escrever em pouco tempo, ainda que isso seja cansativo e pouco prazeroso ao educando (PIRES, FERREIRA, LIMA, 2010).

A formação de professores envolve a ampliação de conhecimentos, a capacitação, a formação continuada, a profissionalização para o ensino, abrangendo a formação

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

acadêmica juntamente com a formação pedagógica, na busca pela formação profissional (GARCIA. 1991).

Os professores necessitam compreender que a alfabetização não se resume apenas na aquisição de habilidades mecânicas, ou seja, no codificar e decodificar, mas sim na capacidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento, apreender a leitura, externar pensamentos, idéias, criar, produzir novos textos com a escrita (SILVESTRE, 2010).

Refletir sobre alfabetização e formação de professores consiste em uma tarefa de suma importância para o profissional de educação, que deve buscar compreender o conhecimento em suas múltiplas dimensões, construindo assim sua prática de alfabetização voltada para o sucesso escolar, para a real aprendizagem de seu educando.

Pesquisar sobre alfabetização e formação do professor implica em diversos questionamentos que levam à definição do objetivo deste estudo que consiste em abordar o termo alfabetização e realizar um breve histórico sobre a formação do professor no Brasil.

Sendo assim, será realizada uma breve conceituação do termo “Alfabetização” e em sequência uma discussão sobre a formação de professores no Brasil, trazendo um pouco de história e legislação para a formação docente e posteriormente será realizada uma definição dos termos “formação inicial dos professores” e “formação continuada dos professores”.

2. CONCEITUANDO O TERMO “ALFABETIZAÇÃO”

Sobre o termo alfabetização, Cagliari (1998, p.12) destaca que é “tão antiga quanto os sistemas de escrita. De certo modo, é a atividade escolar mais antiga da humanidade”, que vem se modificando, em termos conceituais e metodológicos, acompanhando a evolução da sociedade.

Os paradigmas educacionais de determinado tempo histórico possuem a capacidade de alterar significativamente o termo alfabetização. Neste sentido, Cagliari

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

(1998, p.14) afirma que “ser alfabetizado em épocas primitivas significava saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-los.” Destaca ainda o surgimento de um dos instrumentos de alfabetização mais utilizado e por muitos criticados, as cartilhas, que deram um novo significado à alfabetização.

Cagliari (1998) ainda afirma que um número significativo de professores buscam em sua prática profissional equilibrar o processo de ensino e aprendizagem, despertando no educando a capacidade de leitura.

Este autor aponta em seu estudo que o segredo da alfabetização é saber ler.

(...) no processo de alfabetização, o professor poderia prescindir do ensino da escrita, mas não da leitura. Em outras palavras, a alfabetização realiza-se quando o aprendiz descobre como o sistema de escrita funciona, isto é, quando aprende a ler, a decifrar a escrita. (CAGLIARI, 1998, p. 113)

A alfabetização é um dos momentos de imensa significância na vida do educando, podendo ser o ponto de partida para as escolhas. Em sua obra “Alfabetização e Linguística”, Cagliari (2000) traz contribuições de extrema relevância aos professores alfabetizadores, apresentando as funções da linguagem, enfatizando que a linguagem tem funções especiais e através dela podemos compreender o mundo e nos fazer compreendidos. Ele deixa em destaque a função ideológica da linguagem, possibilitando aos professores alfabetizadores transformarem seus educandos em seres críticos e reflexivos. Cagliari se preocupa com a função ideológica da palavra.

O alfabetizar pode ser compreendido como um ato criador e político que permite a interação do educando com a sociedade, com o mundo, fornecendo-lhe a capacidade de ver, perceber, compreender o mundo através de diferentes leituras e assim se posicionar de forma crítica e participativa frente a diferentes situações, garantindo desta forma seu direito de cidadão, capaz de ler e escrever sua história de forma autônoma e reflexiva.

Neste sentido, a alfabetização deixa de ser compreendida como um conjunto de práticas repetitivas, mecânicas e cumulativas, para ser então compreendida na perspectiva do letramento, visto como a capacidade de compreender as práticas sociais

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

de leitura e escrita e de utilização dos diferentes gêneros textuais, em diferentes contextos.

Soares (2009, p.47) diz que letramento é “(...) estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas que usam a escrita”. Sendo assim, entende-se que o letramento está relacionado ao processo de desenvolvimento das práticas sócias, através da leitura e escrita.

É necessário compreender que ser alfabetizado não significa ser também letrado, sobre isso, Soares (2009, p.24) afirma:

(...) a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque não aprendeu ainda a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma letrada.

Geraldi (2010, p.4) questiona a emergência do conceito letramento, colocando em pauta a seguintes questões:

a emergência do conceito de letramento, nos estudos sobre a aquisição e circulação da língua escrita, é consequência de novos fatos sociais e discursivos?/ O conceito de letramento torna obsoletos ou impõe re-significações a que outros conceitos?

Também ressalta que o termo letramento pode referir-se a estado ou condição, pode ser “pensado como habilidade, capacidade ou um saber-fazer que se mediria pela resposta adequada às demandas” (GERALDI, 2010, p.8).

Neste estudo, que nos propomos a realizar, letramento e alfabetização são um conceito único, o qual denominamos alfabetização, sendo assim compreendemos que alfabetizar é um ato linguístico que possibilita a interação, a participação social e consequentemente a atuação em diferentes contextos.

Emilia Ferreiro em seu texto “Alfabetização e cultura escrita” (2003) rejeita o termo letramento, dizendo que:

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

Há expressão letramento. E o que aconteceu com a alfabetização? Virou sinônimo de decodificação. Letramento passou a ser o estar em contato com distintos tipos de texto, o compreender o que se lê. Isso é um retrocesso. Eu me nego a aceitar um período de decodificação prévio àquele em que se passa a perceber a função social do texto. Acreditar nisso é dar razão à velha consciência fonológica. (p. 30)

Com base nessa concepção de Emilia Ferreiro e também nos estudos de Cagliari, adotamos então apenas o termo alfabetização, por acreditarmos que este termo não se resume apenas à aquisição de habilidades mecânicas, ou seja, no codificar e decodificar, mas sim à capacidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento, apreender a leitura, externar pensamentos, idéias, criar, produzir novos textos com a escrita. Sendo assim, podemos concluir que a alfabetização exige preparo, competência, dinamismo, criatividade, conhecimentos e dedicação.

3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL – UM POUCO DE HISTÓRIA

LEGISLAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Borges (et al., 2011) aborda a trajetória da formação de professores no Brasil, destacando aspectos históricos, políticos e teóricos. Para este autor, foi Comenius, no século XVII, que preconizou a necessidade de formação docente, porém, esclarece que somente após a Revolução Francesa iniciou-se o processo de valorização da instrução escolar, com a criação das Escolas Normais que tinham como finalidade a formação de professores, exigindo assim a organização dos sistemas nacionais de ensino.

A primeira Escola Normal ou Seminário Central de Mestres do Reino foi criada no Brasil em 08 de Março de 1.839, sob direção de Pablo Montesinos. As Escolas Normais possuíam fundamental papel de garantir formação inicial suficiente aos professores do ensino primário (GARCIA, 1991).

Somente após 1960 é que se encontra a legislação orientadora da formação de professores no Brasil, com relação à estrutura curricular dos cursos de formação de

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

professores e em 1.970, a Lei Geral de Educação consagrou a formação de professores como formação universitária.

Muitas foram as lutas dos educadores a partir dos anos 70 e início da década de 1980, em busca de contribuições para a educação, para o trabalho pedagógico, lutas essas que colocaram em evidência as relações existentes entre educação e sociedade, e principalmente a forma de organização da escola.

Os anos 80 foram marcados pela ruptura do pensamento tecnicista predominante na educação. Esta década despertou nos professores interesse pelas concepções sócio-históricas da formação de professores, assim como o interesse e necessidade de formação de um profissional de caráter amplo, que domine e compreenda bem a realidade, com conhecimentos que lhe permitam transformar a realidade da escola, da educação e conseqüentemente da sociedade.

Podem-se destacar também as reformulações curriculares que surgiram em meio às discussões sobre a formação do professor no Brasil, enfatizando a formação de professores de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, reformulações nos cursos de pedagogia, embasadas em concepções progressistas e avançadas.

Se a década de 80 foi marcada pela reação ao pensamento tecnicista das décadas de 1960 e 1970, os anos 90 representaram a centralidade no conteúdo da escola (habilidades e competências escolares), deixando de lado as dimensões que foram destaque nos debates dos anos 80.

Os anos 90, denominados de “Década da Educação”, representaram o aprofundamento das políticas neoliberais em resposta aos problemas colocados pela crise do desenvolvimento do capitalismo desde os anos 70, na qual a escola teve papel importante. Foi nesta década que a educação e a formação de professores ganharam importância estratégica para a realização das reformas educativas.

Segundo Freitas (2002, p.142):

A educação e a formação de professores ganham, nessa década, importância estratégica para a realização das reformas educativas (Freitas, 1999), particularmente a partir de 1995, quando tem início o Governo Fernando Henrique Cardoso. Em 7 de fevereiro de 1995, um mês após assumir a presidência, Fernando Henrique divulga os “5 pontos” de seu

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

governo para a melhoria do ensino público: a distribuição das verbas federais diretamente para as escolas, sem passar pelos estados e municípios; criação do Sistema Nacional de Educação a Distância, com a instalação de aparelhos de TV em cada escola, com o objetivo de “preparar os professores para que eles possam ensinar melhor”; a melhoria da qualidade dos 58 milhões de livros didáticos distribuídos anualmente para as escolas; a reforma do currículo para melhorar o conteúdo do ensino, com o estabelecimento de matérias obrigatórias em todo o território nacional; e a avaliação das escolas por meio de testes, premiando aquelas com melhor desempenho.

Educação para Todos, Plano Decenal, Parâmetros Curriculares Nacionais, diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, para a educação superior, para educação infantil, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, avaliação do SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica –, Exame Nacional de Cursos (Provão), ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio–, descentralização, FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério –, Lei da Autonomia Universitária, novos parâmetros para as IES, são medidas que objetivam adequar o Brasil à nova ordem, bases para a reforma educativa que tem na avaliação a chave-mestra que abre caminho para todas as políticas: de formação, de financiamento, de descentralização e gestão de recursos.

Foi a partir de 1998 que começou a aumentar no Brasil o número de IES, expandindo assim os cursos nas áreas com maior demanda (área da educação – cursos de pedagogia e licenciaturas (letras e matemática)).

Somente nos anos de 2000 foram autorizados 142 novos cursos de pedagogia nos diferentes estados.

A história de formação de professores no Brasil pode ser dividida em seis períodos, sendo o primeiro denominado por Saviani (2009) “Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890)”, o segundo denominado “Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932)”, o terceiro período foi marcado pela “Organização dos Institutos de Educação (1932-1939)”, cujos destaques são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933; o quarto período caracterizado pela “Organização e implantação dos cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação no padrão das Escolas Normais (1939-1971)”; o quinto período caracterizado pela “Substituição da Escola Normal pela

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

Habilitação Específica de Magistério (1971-1996)” e o sexto e último período denominado por Saviani (2009) “Advento dos Institutos de Educação e das Escolas Normais Superiores” (1996-2006) (BORGES, 2011).

A Lei 5.692/71 reformulou no Brasil a Educação Básica que extinguiu as escolas normais, sendo assim, surge o Magistério, uma formação feita em uma habilitação do ensino de segundo grau. Já a Lei n. 7.044/82 alterou em 1982, o art. 30 da Lei 5.692/71 introduzindo outras opções formativas para os docentes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Em seguida, foram criados os cursos de licenciatura curta que tinham menos horas-aula do que as licenciaturas plenas.

Em 1.986, houve a reformulação do curso de Pedagogia pelo Conselho Federal de Educação, que aprovou o Parecer n. 161, o qual delegou a esses cursos oferecer também a formação para a docência de 1^a. a 4^a séries.

As primeiras adaptações nos currículos de formação docente surgiram a partir de 2002, quando foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (DCN), em seguida surgiram as Diretrizes Curriculares para cada curso de licenciatura, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

É importante enfatizar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica foram instituídas em 2002, com preocupação maior no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos professores.

O Decreto presidencial nº 6.755/2009, instituiu a Política Nacional para a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica dispendo sobre a atuação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para o fomento a programas de formação inicial e continuada.

A história da formação dos professores é marcada por sucessivas mudanças que influenciam a qualidade do ensino. O que se percebe, contudo, é que o processo de formação de professores é um desafio que exige muito investimento, tempo, colaboração de todos, mudança de mentalidade e comprometimento de toda a sociedade.

Oliveira (2012) aponta em seu estudo a importância das políticas de formação e Desenvolvimento Profissional Docente (DPD) em relação à melhoria da educação; mostra

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

que as políticas de formação docente no Brasil têm adquirido relevância em razão da necessidade de responder às exigências de titulação ao conjunto dos professores que atuam nos estabelecimentos de educação básica no país. Essas políticas de formação de professores evidenciam a importância da habilitação específica, da formação continuada na melhoria da educação.

As políticas de formação de professores no Brasil têm nos Referenciais Curriculares para Formação de Professores (1999), no Parecer nº 115/99 que criou os institutos superiores de educação e nas Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica em Nível Superior (2001), sua expressão material mais visível. Tais documentos compõem um conjunto de orientações oficiais sobre ajustes curriculares nos diferentes cursos de formação profissional que se desenvolvem desde final de 1997, quando o CNE (Resolução CP nº 04/97) aprovou as orientações gerais para a construção de novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação.

4. FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES

Houve um momento, em meados dos anos 70, em que a formação do professor das séries iniciais do ensino fundamental passou a ser realizada em nível superior, no entanto mantendo a segmentação tradicional, tendo como locus dessa formação os cursos de Pedagogia nas faculdades de Educação.

A divisão entre o professor polivalente e o especialista por disciplinas teve na educação brasileira um sentido burocrático-corporativo, neste contexto Mello (2000, p.99) afirma que:

A distância entre o curso de formação do professor polivalente, situado nos cursos de pedagogia, nas faculdades de educação, e os cursos de licenciatura, nos departamentos ou institutos dedicados à filosofia, às ciências, e às letras, imprimiu àquele profissional uma identidade pedagógica esvaziada de conteúdo.

Não é justificável que um jovem recém-saído do ensino médio possa preparar-se para ser professor de primeira a quarta série em um curso que não aprofunda nem amplia os conhecimentos previstos para serem transmitidos no início do ensino fundamental. Nem é aceitável a alegação

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

de que os cursos de licenciatura “não sabem” ou “não têm vocação” para preparar professores de crianças pequenas.

A formação inicial é tão imprescindível e leva-nos a questionar se para lecionar até a quarta série do ensino fundamental é necessário apenas que o professor domine os conteúdos curriculares dessas séries, sendo que para lecionar a partir da quinta série do ensino fundamental e médio é exigido um curso superior de quatro anos, por que essa diferenciação, se ambos exercem influência direta na formação do aluno?

A formação inicial deve ser compreendida como fundamental para a alfabetização de crianças e adultos, exigindo reflexão, comprometimento, aprofundamento teórico - prático e dedicação.

Não é difícil encontrarmos em várias escolas professores que não tiveram uma boa formação inicial e por isso cometem falhas em sua prática; professores esses que muitas vezes se mostram despreparados para alfabetizar e acabam apenas transferindo conhecimentos, sem despertar nos alunos a criatividade, a autonomia e principalmente a criticidade.

E de onde vêm essas falhas? Serão as políticas de formação de professores? As grades curriculares dos cursos de formação? As universidades que oferecem esse tipo de formação?

Destacamos que a questão da formação de professores no Brasil tem ganhado cada vez mais destaque no cenário educacional, considerando que a discussão sobre como tem sido esta formação possibilita refletir sobre a realidade atual das escolas brasileiras.

Neste contexto ainda há muito que se discutir, principalmente em relação à formação de professores para atuarem na Educação Infantil, já que esta é uma modalidade recente que foi oficializada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 em 1996.

A Educação Infantil no Brasil se tornou um nível oficial de educação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996, a qual em seu artigo 29 aponta:

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Sendo assim, a Educação Infantil incorporou-se à Educação Básica se tornando o primeiro nível de escolarização, passando a exigir dos profissionais envolvidos nesta etapa da educação, o domínio da prática educativa.

Essa inclusão da Educação Infantil na Educação Básica gerou questionamentos, discussões, em relação à formação dos profissionais que atuarão nesta etapa da educação, considerando que a partir da implementação da Educação Infantil como primeira etapa de escolarização, os professores começaram a trabalhar com o binômio cuidar e educar no cotidiano das salas de aula.

A formação inicial de professores possui metas e finalidades que incluem as dimensões de conhecimentos, destrezas, habilidades ou competências e atitudes ou disposições (GARCIA, 1991).

Consiste em uma vertente que vem sendo realizada por universidades, por pessoal especializado e através de um currículo que estabelece sequência e conteúdo instrucional do programa de formação.

5. A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

No Brasil, a modalidade “formação continuada” de educação já recebeu vários nomes, dentre eles destacam-se capacitação, treinamento, reciclagem, formação em serviço, dentre outros, no entanto, o que se discute é o fato de que a formação docente necessita ser valorizada, estimulada e motivada.

A formação continuada de professores está estritamente relacionada à atividade educativa, possibilitando aos professores ampliarem seus conhecimentos, melhorar sua prática e aumentar assim sua capacidade de ação sobre a aprendizagem de seus alunos.

É de suma importância questionar qual tipo de conhecimento é adquirido pelo professor em formação, pois estes conhecimentos do conteúdo, da matéria, dos princípios

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

gerais de ensino-aprendizagem e conhecimento didático do conteúdo, embasarão sua prática.

Os programas de formação precisam envolver conhecimentos, competências e atitudes, capazes de fazer com que os professores em formação compreendam situações de ensino; devem, necessariamente, valorizar a experiência prática de cada professor, que pode contribuir significativamente com a construção do conhecimento deste profissional.

A formação de professores abrange conhecimento próprio, resultado de experiências e vivências pessoais, assim como questionamentos dos próprios professores sobre suas práticas profissionais. Reflete a abordagem enciclopédica que enfatiza a importância do conhecimento do conteúdo e a abordagem compreensiva que enfatiza o professor como um intelectual que compreende claramente a forma de ensinar (GARCIA, 1991).

O processo de formação inclui mudanças na prática de ensino do professor, que interferem nas mudanças no rendimento dos alunos, envolvendo mudanças nas crenças e atitudes do professor, visando o desenvolvimento profissional e a qualidade na educação. Essas mudanças, na maioria das vezes, causam medo, angústia e insegurança nos professores.

Fernández Cruz (2006), no texto “Desarrollo Profesional Docente”, ressalta a importância da compreensão e do domínio de um conjunto de teorias no exercício da docência. O autor destaca que os professores precisam desenvolver uma compreensão moral de suas atividades, a fim de que possam ser os principais responsáveis por suas práticas docentes.

É abordado no texto o tópico “Compromisso Educativo” que evidencia a responsabilidade do professor no processo de ensino de seus alunos, assim como sua postura frente aos desafios que lhes são impostos.

Em outro tópico abordado, o “Domínio da matéria”, o autor retrata a importância dos professores possuírem um conhecimento didático próprio da disciplina ensinada. Esse conhecimento didático requer conhecimento profundo das formas de aprender dos

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

alunos, assim como dos meios e recursos didáticos, das estratégias e instrumentos necessários ao processo de ensino.

Também são abordados os tópicos “Reflexividade” e “Capacidade para o trabalho em equipe”. Os dois tópicos enfatizam que a aprendizagem dos adultos ocorre de forma mais efetiva quando há a necessidade pessoal e profissional de resolver determinado problema.

As experiências de ensino possibilitam aos professores a capacidade de resolução de diferentes problemas. A atuação do professor envolve pensamento crítico, trabalho em equipe e reflexão, componentes essenciais em sua formação, seja ela inicial ou continuada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre alfabetização e formação de professores, consiste em uma tarefa de suma importância, pois diferentes fenômenos têm questionado os saberes docentes frente à atualidade, como o avanço tecnológico, salas de aula lotadas, alunos com realidades diferentes. Estes saberes docentes podem ser divididos em acadêmicos, profissionais e pessoais, compondo a “bagagem” de conhecimentos que o profissional docente traz consigo para o contexto da sala de aula (SOARES, CUNHA, 2010).

Essa soma de saberes que o profissional docente possui, poderá ou não contribuir com sua prática em sala de aula frente aos desafios que lhe são impostos diariamente, como saber lidar com o aumento do número de estudantes em sala de aula, estudantes esses com diferentes etnias, culturas e de diferentes classes sociais, saber utilizar as novas tecnologias, implementar suas aulas tornando-as mais dinâmicas e envolventes, considerar a realidade que o aluno traz para o contexto da sala de aula, dentre outros (PIMENTA, ANASTASIOU, 2005).

Esses novos desafios vivenciados exigem do professor uma boa formação, capaz de lhe proporcionar conhecimentos, preparação, flexibilidade, dinamismo e capacidade

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

profissional, a fim de proporcionar um ensino de qualidade, melhorando assim, de forma significativa, sua prática docente (PIMENTA, ANASTASIOU, 2005).

Realizar um breve histórico sobre a formação do professor no Brasil nos permite olhar para a história e constatar os fatos, as mudanças que ocorreram no contexto educacional, nos permite compreender melhor as políticas de formação de professores, ampliar os conhecimentos sobre alfabetização e detectar as lacunas que ainda há nos dias atuais na prática educadora.

Possibilita uma reflexão sobre todo o processo de reconhecimento do trabalho do professor alfabetizador, da importância de uma boa formação inicial e da necessidade da complementação pela formação continuada.

Nos leva também à compreensão das políticas de formação e como influenciam a prática educadora, o alfabetizador e conseqüentemente o educando.

Estes foram os fatores que nos levaram a realizar esse estudo, abordando alfabetização e formação do professor, buscando assim ampliar os conhecimentos sobre o assunto e contribuir com a divulgação científica sobre o tema em questão.

7. Referências

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F.; PUENTES, R. V. Formação de Professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, p.94-112, jun 2011. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3301>> Acesso em: 25 de junho de 2015.

CAGLIARI, L. C. (2000) **Alfabetização e linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

FERREIRO, E. **Alfabetização e cultura escrita**, Entrevista concedida à Denise Pellegrini In *Nova Escola – A revista do Professor*. São Paulo: Abril, maio/2003, pp.

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

27 – 30.

FERNÁNDEZ CRUZ, M. Conceptualización del desarrollo profesional docente. In: **Desarrollo profesional docente**. España: Grupo Editorial Universitario, 2006, p. 9-30.

FREITAS, H. C. L. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: 10 ANOS DE EMBATE ENTRE PROJETOS DE FORMAÇÃO. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167.

GARCÍA, C. M. Formação Inicial de Professores. In: **Desenvolvimento profissional e profissionalização dos professores**. Formação de professores para uma mudança educativa. Lisboa: Porto Editora, 1991, p. 72-103.

GARCÍA, C. M. Estrutura conceitual da formação de professores. In: **Formação de professores para uma mudança educativa**. Lisboa: Porto Editora, 1991, p. 18-68.

GERALDI, J. W. **Alfabetização e Letramento**: perguntas de um alfabetizado que lê. Texto apresentado em sessão especial da Anped/2010.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re) visão radical. São Paulo. **Perspec.** [online]. 2000, vol.14, n.1, pp. 98-110. ISSN 1806-9452.

OLIVEIRA, E.S.G.; NOGUEIRA, M.L. Educação a distância e formação continuada de professores: novas perspectivas. **Colabor@ - Revista Digital da CVA - Ricesu**, vol. 3, n.10, Novembro de 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Políticas de formação e desenvolvimento profissional Docente: da intenção às práticas. In: **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP**. Campinas: Junqueira & Marin Editores. Livro 2, p.33, 2012.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.G.C. **Docência no ensino superior**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Revista Iniciação & Formação Docente

Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

v. 2 n. 1

Julho/2015 – Janeiro/2016

PEREIRA, C. J. T. A Formação do Professor Alfabetizador: desafios e possibilidades na construção da prática docente. Porto Velho/RO, 2011. **Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia.**

PIRES, M. G. P; FERREIRA, L.G; LIMA, D. F. ALFABETIZAÇÃO, Professor Alfabetizador e Prática Pedagógica. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura.** Ano 06 n.13 - 2º Semestre de 2010 - ISSN 1807-5193. Disponível em: http://www.letramagna.com/artigo10_13.pdf, acesso em 14 de novembro de 2014.

Silvestre, F. G.O professor alfabetizador: sua formação, o programa “Letra e Vida” e as lacunas conteudísticas. Araraquara, 2009. **Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.**

SOARES, M. **Letramento: um tema e três gêneros.** 3ª Ed- Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, S. R.; CUNHA, M. I. **Formação do Professor: a docência universitária em busca de legitimidade.** Salvador: EDUFBA, 2010; p.19.